

SOUZA, Maria Antônia de.
Educação e Cooperação nos Assentamentos do MST.
Ponta Grossa: Editora UEPG, 2006.

Egon Eduardo Sebben

Maria Antônia de Souza é graduada em Geografia pela UNESP, tendo concluído mestrado e doutorado em educação pela UNICAMP. É professora da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG) e também do Programa de Pós-Graduação, Mestrado em Educação da Universidade Tuiuti do Paraná (UTP). É pesquisadora na área de movimentos sociais e educação, principalmente sobre o Movimento Sem Terra (MST).

Sua obra *Educação e Cooperação nos Assentamentos do MST* foi lançada pela Editora UEPG no ano de 2006. O livro apresenta discussões a respeito de sua trajetória de pesquisa nos últimos 15 anos, tendo como objeto de reflexão as formas de organização da produção e os aspectos educativos do MST nos assentamentos. A autora ressalta a aprendizagem que se dá no cotidiano do movimento social e do assentamento, com base em entrevistas e nos documentos produzidos pelo MST. Os principais elementos que influem na luta desse importante movimento social são indicados e comentados, situando a pesquisa nos diversos campos de discussão e atuação. No campo político, destaca-se a luta entre governantes e a organização dos trabalhadores rurais sem terra; no campo cultural, a ação da mídia, a qual, em sua atuação contraditória dá visibilidade ao movimento, mas ao mesmo tempo insere na sociedade um pensamento discriminatório e individualista, voltado à propriedade privada; e, no campo sociopolítico, as negociações entre governantes e a sociedade civil.

O estudo apresentado enfoca três tipos de experiências. A primeira delas, realizada no assentamento Santa Maria, no município de Paranacity, no estado do Paraná, é coletiva: o uso da terra e o trabalho são organizados pelo grupo de assentados, com base nas orientações do MST. A segunda experiência diz respeito à organização de uma cooperativa e de uma associação coletivas no assentamento Novo Paraíso. Já a terceira experiência é individual; efetuada no assentamento do Abapan, no município de Castro, no Paraná, tem como ponto de partida lotes individuais onde os assentados formaram associações de produção.

O primeiro capítulo, intitulado *O conceito de movimento social e as particularidades do MST*, situa a pesquisa a partir de categorias construídas ao longo de sua elaboração, destacando-se dentre elas: prática social, saberes sociais, experiência e participação. Desse modo, a autora procura discutir as relações presentes no interior do MST, onde são expressos os aspectos contraditórios da sociedade capitalista. As reflexões são fundamentadas em autores que estão em consonância com o objeto de estudo, formando um referencial teórico bastante sólido.

Os movimentos sociais são apresentados como projetos que visam à transformação social e compreensão da opressão da ideologia capitalista. São considerados por alguns como perturbadores da ordem social, no entanto propõem-se o papel de reivindicar a cidadania. O MST é entendido como um fenômeno com o objetivo principal de consolidação da reforma agrária, bem como da educação, produção agroindustrial e preservação do meio ambiente. Transformação da sociedade, ideologia, prática social, ideário comunista e organização interna rígida são os principais elementos que envolvem as discussões propostas pelo Movimento.

Ao apresentar as categorias de análise, a autora evidencia que elas se relacionam à realidade do MST. A participação diz respeito a uma ampliação do conceito de política, não se restringindo à dimensão partidária, mas atingindo a sociedade civil, em sua participação efetiva. Nesse aspecto ainda estão presentes a diversidade cultural do movimento e sua identidade coletiva, elementos centrais na prática social do MST. A experiência e o acúmulo de conhecimentos constituem saberes sociais construídos na participação no Movimento e no assentamento, os quais estão relacionados às características que envolvem o processo de resistência do MST – tais como solidariedade, comunidade, participação, trabalho e partilha, entre outras - sendo estabelecidos em seu cotidiano. A categoria prática social constitui-se de experiências coletivas que levam à construção dos saberes sociais, cada qual relacionado ao papel desempenhado pelo sujeito.

No segundo capítulo: *O MST e a continuidade da luta pela terra: trajetórias, conjunturas e aspectos educativos*, a autora apresenta os aspectos que antecederam a construção das propostas e a atuação do

* Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Educação – Mestrado da Universidade Estadual de Ponta Grossa – UEPG. E-mail: egon_es@hotmail.com

MST como movimento social que reivindica a reforma agrária no Brasil. O cenário apresentado elucida as questões de luta e desigualdades sociais presentes desde o início da colonização brasileira, perpassando as políticas agrárias do Estado no século XX e culminando na emergência do MST na década de 80. Todas essas características são discutidas à luz das contradições inerentes a esse processo, marcado por aspectos como a subordinação política do país, exploração e divisão do trabalho.

O MST surge em meio a essas contradições, tendo um objetivo central bastante claro - a luta pela terra - fator que reúne desempregados, expropriados e pequenos proprietários. Esse objetivo comum é fortalecido e tornado real através de uma organização sólida e disciplinada, que dá visibilidade ao Movimento e garante sucesso em suas incursões. Sua atuação influenciou inclusive na agenda política do Estado, inserindo em sua pauta de discussões a questão da reforma agrária.

O engajamento político de muitos participantes do MST é fortalecido em grande parte pela ação educacional desenvolvida no Movimento, a qual acontece coletivamente e em espaços formais e não-formais. Esses aspectos da educação dizem respeito aos movimentos sociais em geral, não se atendo somente ao MST. As reivindicações do MST em relação à educação condizem com as propostas do Movimento, fato esse que gera muitas tensões.

As escolas localizam-se nos assentamentos e os professores atuantes são contratados pelas secretarias municipais ou estaduais de educação. Grande discussão acontece pelo fato de esses professores, em sua maioria, desconhecerem a realidade camponesa, as propostas do Movimento e a realidade da luta pela reforma agrária. A educação no MST é calcada na colaboração, propiciando a conscientização política e desenvolvendo a identidade coletiva, cultural, social e política.

O terceiro capítulo, intitulado *Cooperação e educação no MST*, discute as formas associativas e cooperativas desenvolvidas pelo Movimento. Com o aumento do número de assentamentos a questão da produção entra em pauta. A predominância da produção de subsistência torna-se preocupante, pois poderá levar futuramente a problemas relacionados aos recursos econômicos para o trabalho na terra. Tal fato levou a direção do MST à criação de cursos de formação, coletivos de produção e propostas de organização, com o objetivo de viabilizar a produção e o desenvolvimento econômico.

A autora afirma que, nos movimentos sociais, a cooperação também implica alguns desafios. Há trabalhadores habituados ao cumprimento de tarefas determinadas por outros e que, nos assentamentos, necessitam decidir, individualmente ou coletivamente,

como será o trabalho. O fato é que os trabalhadores precisam reconhecer-se como sujeitos desse processo, havendo, portanto, a necessidade de se incluir aspectos relacionados à gestão participativa do assentamento nos encontros de formação proporcionados pelo MST aos seus participantes.

A questão da cooperação é caracterizada de forma mais aprofundada na última seção do terceiro capítulo, no qual é focalizado o Setor de Educação do MST, considerado fundamental para o redimensionamento da prática sociopolítica do Movimento. A autora afirma que esse Setor “*é um exemplo de que o conhecimento gerado no movimento social possibilita o redimensionamento e aprofundamento das proposições e reivindicações feitas pelos trabalhadores*”. (p.104). A criação do Setor de Educação do MST surgiu de questionamentos e discussões a respeito do que fazer com as crianças de acampamentos e como conseguir a instalação de escolas nesses locais.

A educação adotada pelo MST tem como preocupação central o trabalho como princípio educativo que transcende a escolarização. Suas propostas englobam também o desenvolvimento da cultura dos indivíduos, trazendo as idéias de Paulo Freire sobre o processo educativo através do coletivo, interação e diálogo. Mais do que o diploma ou o aprender a escrever, é focado o conteúdo do processo educativo, que se pauta na realidade do Movimento.

No quarto e último capítulo da obra, intitulado *A cooperação em assentamentos organizados pelo MST: situações no Estado do Paraná*, a autora apresenta as experiências cooperativas no estado do Paraná e mostra que essa forma de produção é incentivada pela liderança do Movimento. Devido à mentalidade dos trabalhadores, esse processo se dá de forma lenta e o desenvolvimento da educação crítica torna-se fundamental por trazer questionamentos a respeito das contradições do capitalismo, enfocando-se aspectos relacionados basicamente à exploração e concentração de renda.

Ao focar o estudo no estado do Paraná, são apresentadas suas características de cooperação agrícola, bem como as experiências que compõem a presença do MST no estado. Nesse capítulo a autora apresenta as falas obtidas com assentados ao longo da inserção empírica de sua pesquisa.

Os projetos coletivos de produção são vistos como positivos e de grande importância. Os assentados afirmam que eles geram participação, discussões mais objetivas, relações humanas e maior possibilidade de negociações. Por outro lado, também são apontadas dificuldades e resistências no trabalho coletivo. No momento da prática, essas dificuldades são realmente vivenciadas, complicando a criação de modelos de cooperação anteriores ao processo de participação efetiva.

A demora no retorno financeiro, a falta de privacidade e a ausência de liberdade na organização de horários levaram a uma ruptura dessas experiências no Paraná. A cultura do pequeno proprietário, bastante forte no estado, também contribuiu para a desistência de participantes do Movimento. Segundo a autora, tais questões demonstram a necessidade urgente de flexibilização dessa forma de cooperação.

A complexidade da cooperação nos assentamentos deve ser encarada como uma experiência em construção, com elementos que perpassam a formação política, os valores do modo de vida rural e a identidade do trabalhador. Nesse meio é desenvolvida a cultura política de seus integrantes, voltada tanto à participação sociopolítica na sociedade como à defesa da educação para transformação.

A autora finaliza a obra afirmando que a compreensão das experiências cooperativas e educativas do MST deve estar ligada ao conhecimento dos documentos produzidos pelo Movimento e também à realidade expressa pelos sujeitos dessas relações. Com essa compreensão, a conscientização política desenvolvida no Movimento fica bastante clara e torna-se um dos motores da luta pela terra. A educação através do trabalho, por sua vez, pode ser redimensionada de acordo com os conhecimentos aprendidos, sempre que necessário. Com base na produção através da cooperação, o agir estratégico e suas ações mostram que essa é uma das formas centrais que tornam possível o assentamento. Ao final da obra são apresentadas algumas propostas de futuras pesquisas que necessitam ser empreendidas sobre o assunto educação e cooperação nos assentamentos.

Maria Antônia de Souza apresenta em sua obra uma discussão de suma importância na atual conjuntura brasileira. Segundo a autora, a cooperação e educação propostas e realizadas pelo MST apontam possibilidades reais para esse tipo de ação. Além desses aspectos, cabe enfatizar os seus esclarecimentos a respeito da ideologia difundida pelo MST, que vai além dos pré-conceitos do senso comum, evidenciando as ações do Movimento Sem Terra como um movimento social legítimo e de impacto real na sociedade brasileira.